

grande parte da população nacional no que se refere ao desenvolvimento dos objetivos educacionais traçados por estas diretrizes.

O que instiga pesquisar este tema é a evidência de um resquício educacional que ainda perdura nos dias atuais - embora com algumas inovações, no que diz respeito ao ensino de história - são as diversas dificuldades encontradas pelos professores da rede pública e privada, associando-se a falta de incentivo, exploração, opressão, salários incompatíveis ao trabalho desenvolvido, sistema pedagógico ineficiente burocrático, educandos desmotivados, a submissão, do docente a uma recarga exaustiva de trabalho ficando este impossibilitado de dedicar-se a outras atividades, ou até mesmo a família devida às atividades que desenvolve fora do espaço escolar, dentre outros problemas que já fazem parte do cotidiano do docente, é fruto, direta ou indiretamente, desde sistema fantasma que, em parte, ainda perdura simbolizado por algumas de suas práticas.

O sistema político do Brasil, influenciado pelo neoliberalismo tende alimentar a não intervenção do Estado na educação, assim como em outros segmentos sociais. Esta idéia a muito defendida pelo sistema político de 1964, se faz presente ainda hoje. Se com o apoio do Estado a educação caminha com dificuldades, sem esse apoio e com o modelo econômico exploratório e corrupto que vigora no Brasil, o sistema educacional tende entrar em um caos sem medidas, deteriorando o desenvolvimento do país, já que este é medido, pelo nível de educação do seu povo. Mas assim como a “roda da história”, a educação não é estanque, ela se movimenta gradativamente, e com base nisso, é válido acreditar que a educação brasileira possa a ser caracterizada como uma instituição em vias de mudanças, em processo de redemocratização, de transformações constantes:

Essas saídas podem propiciar o desenvolvimento do olhar histórico sobre a realidade. Isso não significa observar os dados visíveis. Com o auxílio dos habitantes locais e do professor, o aluno pode identificar as características da cultura, percebendo o que não é explícito. Olhar no espaço como um objetivo investigativo é estar sensível ao fato de que ele sintetiza propostas investigações sociais, políticas, econômicas, culturais, tecnológicas e naturais, de diferentes épocas, num diálogo entre os tempos, partindo do presente. É, também, desconstruir a visão espontânea do local, impregnada de idéia, ideologia, teorias científica e mitos não conscientes, da cultural contemporânea, tendo oportunidade de reconstruir a interpretação do mundo, encarando-o de modo novo. Nesse sentido, até os espaços escolares e familiares podem ser escolhidos como objetos de estudo do meio (PCN, 1997, p. 94).

Considerações finais

No Brasil nunca houve um compromisso de educar as massas brasileiras. A Elite brasileira tem uma opção política, explícita ou não de que basta educar seus filhos e ainda está educando mal. No Brasil se investe bem nos filhos dos ricos e basta ver que temos bons colégios particulares. Associando o que diz a LDB / 901: “ A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” com a realidade empiricamente observada na esfera educacional, há constância de práticas referentes a períodos anteriores, ainda que a legislação nacional vigente aponte para as novas perspectivas democráticas na formação do indivíduo.

É cada vez mais constante o número de analfabetos, neste me refiro ao analfabetismo funcional, talvez, o mais grave e preocupante. Esta forma de analfabetismo dentre das outras tantas existentes, se caracteriza pela incapacidade do seu portador de ir mais além da simples aptidão de assinar o próprio nome ou decifrar signos lingüísticos, não sendo capaz de entender ao menos o que lê ou vê, muito menos o que se processa numa estrutura tão complexa como é a política. Além desta modalidade está o mais tradicional, que é o analfabetismo gerado pela não escolarização.

Adotando esta perspectiva, sistema educacional não pode e não deve ser responsabilizado solitariamente. A educação não muda a estrutura e a mentalidade social sozinha, ela deve fazer parte de uma conexão com as demais instituições de poder, na intenção de verdadeiramente cumprir os seus objetivos. Desenvolver, assegurar e fornecer tais caminhos, a educação nossa não está desenvolvendo realmente o educando, muito menos lhes formando a consciência da cidadania ou a noção crítica devida e apontada na LDB / 96. Há uma notável diferença naquilo que está escrito e é atribuído como lei geral para aquilo que efetivamente ocorre na prática.

Entretanto, seria um equívoco e até injusto afirmar que a LDB / 96 não trouxe melhorias ao sistema educacional, principalmente no que concerne às políticas de inclusão social e projetos inéditos, tais como os Parâmetros Nacionais Curriculares, ainda que insuficientes para resolução das mazelas do sistema de instrução pública no Brasil, contudo, ainda não houve um observável rendimento na realidade vivida por

paradidáticas ou de revistas e jornais, etc. Práticas que têm se tornado cada vez mais comum no cotidiano das aulas de História em nossa escola.

Neste novo cenário, ensinar História significa impregnar de sentido a prática pedagógica cotidiana, na perspectiva de uma escola-cidadã. Vale dizer, que a escola é reprodutora, na medida em que trabalha com determinados conhecimentos produzidos e acumulados pelo mundo científico, mas transformadora, visto que promove uma apropriação crítica desse mesmo conhecimento tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da sociedade global. Sendo estas as diretrizes a serem galgadas em todas as propostas educacionais pós 85 e intensificadas nos anos 90 e ainda almejados nos dias atuais.

A penetração da análise econômica da História, nos níveis Fundamental e Médio, sobretudo a partir da década de 80, subverteu esse modelo, abrindo o campo da explicação social para uma visão de totalidade histórica. Sob influência do Marxismo, da Nova História e da Historiografia Inglesa, alguns livros didáticos se renovaram e outros surgiram, incorporando avanços acadêmicos que contribuíram para maior criticidade na abordagem histórica:

Os documentos são fundamentais como fontes de informações a serem interpretados, analisadas e comparadas. Nesse sentido, eles não contam, simplesmente, como aconteceu a vida no passado. Assim, os documentos são entendidos como obras humanas que registram, de modo fragmentado, pequenas parcelas das complexas relações coletivas. São interpretados, então, como exemplos de modos de viver, de visões de mundo, de possibilidades construtivas, específicas de contextos e épocas, estudados tanto na sua dimensão material, como na sua dimensão abstrata e simbólica (PCN, 1997:79).

Em razão das mudanças internas do país, dos avanços pedagógicos e das conseqüências do contexto da revolução informacional mundial, era da informação, perdeu seu caráter de receptor passivo, na medida em que pelas mesmas razões, o professor perdia o monopólio absoluto do saber, se é que de fato o possuía. Evidentemente, isto não significa que o professor desaprendeu ou que não conhece mais o suficiente para ensinar. Ao contrário, o professor aprendeu mais, exatamente pela consciência que adquiriu sobre suas próprias limitações e pela complexidade que se revelou o conhecimento histórico com os novos estudos e enfoques. Entretanto, a História foi destituída de seu status de consolidadora do passado, tomando-se o que de fato ela é: uma ciência em construção.

Nesse sentido, o papel do professor de História e das outras disciplinas, extrapola o conteúdo de sua disciplina, levando-o à condição de mestre e de aprendiz. A lousa não deixa de existir, as provas continuam a ser cobradas, o livro didático permanece como ferramenta de aprendizado, mas o conhecimento, pela dinâmica transdisciplinar adquirida na contemporaneidade, não se limita a esses elementos. Ocorre de certa forma uma desterritorialização do espaço de aprendizado, visto que, sem eliminar a aula expositiva e os exercícios de sala de aula, aprende-se e ensina-se História em muitos espaços e por muitos meios: pela ida ao museu ou exposição de arte, pelo uso de um vídeo, por uma pesquisa ou um programa em multimídia, por leituras

governos da ditadura militar. Mas recriá-lo significava, recuperar sua integração, resgatar e aprofundar, também, seu caráter público e democratizador.

Nesta perspectiva o ensino de história se vê como um dos principais instrumentos ou mecanismo necessário a rever seus paradigmas que durante alguns anos foram relegados a marginalidade - no período militar - e começa toda uma reestruturação no intuito de resgatar sua essência voltada para a análise crítica e reflexiva dos fatos e contribuição para a construção da cidadania e da democracia. Segundo muitos pensadores contemporâneos, vivemos na pós-Modernidade. Não cabe discutir este conceito aqui, mas constatamos que pelo menos num aspecto, todos os pós-modernos concordam: atravessamos uma crise de paradigmas intensificados pós-regime militar. Contexto em que o conhecimento é sistematicamente colocado à prova, ao mesmo tempo em que se afirma o relativismo das verdades historicamente construídas.

O ensino de história, até a década de 70, centrava-se na concepção diríamos, positivista e reprodutivistas da História. Positivista pela crença de que o desenvolvimento histórico e resultante de uma "ordem" e de um "progresso" naturais, desdobrando-se numa sucessão de fatos explicados para uma relação lógica de causas e efeitos, cujos atores são sempre os grandes nomes da História política. Esta modalidade foi considerada "Reprodutivista" porque tal modelo, ao destituir o aspecto dialético e crítico dessa disciplina, serviu como instrumento de reprodução ideológica do Estado Militar.

A partir das mudanças propostas pós redemocratização, como a LDB os PCNs, muitas foram as propostas de transformações referentes às disciplinas, didática e pedagógica, visando uma maior democratização do saber. Em todas as esferas do conhecimento histórico houve inúmeras interferências, ambas propondo melhorias e aprofundamento, tanto no ponto de vista teórico quanto prático:

O objetivo dos Parâmetros Curriculares Nacionais visa auxiliar o professor na execução de seu trabalho, compartilhando seu esforço diário de fazer com que os alunos dominem os conhecimentos de que necessita para crescerem como cidadãos plenamente reconhecidos e conscientes de seu papel em nossa sociedade. Tais recursos incluem tantos domínios do saber tradicionalmente presente no trabalho escolar quanto às preocupações contemporâneas com ambiente, com a saúde, com a sexualidade e com as questões éticas relativas à igualdade de direitos, à dignidade do ser humano e à solidariedade (...). É apontar metas de qualidade que ajudem o aluno a enfrentar o mundo atual como cidadãos participativo, reflexivo e autônomo, conhecedor de seus direitos e deveres (PCN, 1997, introdução).

3. Novas perspectivas para o ensino de história pós 1985

As três últimas décadas do século XX apresentaram, no Brasil, grandes transformações no ensino de História e na produção sobre o conhecimento histórico escolar. Nos anos 1970 a sociedade brasileira assistiu ao desmonte na formação humanística do que conhecemos hoje como ensino fundamental e médio. As introduções feitas na conjuntura da Ditadura Militar desqualificaram o estudo da História. O objetivo que se impunha era o de formar um “cidadão ajustado e preparado para o mercado de trabalho”. A disciplina de História desapareceu dos currículos escolares dando lugar aos Estudos Sociais. A preocupação, longe de ser a de pensar a sociedade, era então a de passar um conhecimento pronto e acabado. Retirava do ensino de primeiro e segundo graus a possibilidade de se pensar a História – de se produzir um conhecimento histórico escolar (BITTENCOURT, 1995: 151).

No início dos anos 1980 retornam as eleições para os governos estaduais. Em vários estados a oposição ao regime vence as eleições. É nesse ambiente que aparecem algumas tentativas de mudança no currículo escolar e o retorno da disciplina de História. Isso foi visto como uma mudança muito significativa: “Significa que a História, enquanto disciplina escolar era tida como ferramenta indispensável para a concretização de mudanças” (BITTENCOURT, 1995: 151). Desta forma, procurava-se valorizar os conteúdos da disciplina tendo como objetivo a transformação da sociedade. As propostas curriculares preocupavam-se com o acesso ao conhecimento histórico aos alunos da escola pública. E, “algumas propostas sugeriam que a escola de primeiro e segundo graus fosse produtoras de conhecimento histórico” (BITTENCOURT, 1995: 152).

Podemos considerar o período que envolve os meados dos anos 80 como marco simbólico da vitória das forças democráticas brasileiras contra o poder do arbítrio militar, que já ultrapassava duas décadas. A luta da resistência democrática se travava desde a implantação da ditadura em 1964 e, durante os governos militares, muitas políticas inspiradas na globalização fora formuladas, implantadas e implementadas sobre o silêncio da nação amordaçada. Paralelamente ao processo de organização e mobilização popular pela redemocratização do país, os educadores, em parceria com parlamentares aliados que atuavam na Assembléia Nacional Constituinte, buscou recriar o Sistema Educacional Brasileiro que havia sido fragmentado e privatizado pelos

sexual e meio ambiente. Estes temas presentes na realidade dos brasileiros devem ser referenciados constantemente na prática dos alunos no ensino Fundamental e Médio.

acontecimentos históricos no presente e no passado: estudar medições de tempo e calendários de diferentes culturas; distinguir periodicidades, mudanças e permanências nos hábitos e costumes de sociedades estudadas; relacionar um acontecimento com outros acontecimentos de tempos distintos; identificar os ritmos de ordenação temporal das atividades das pessoas e dos grupos, a partir de predominâncias de ritmos de tempo, que mantêm relações com os padrões culturais, sociais, econômicos e políticos vigentes (PCN, 1997: 84).

Com a problematização, evita-se passar para o educando a falsa sensação de que os acontecimentos históricos existem de forma acabada. Enquanto a ditadura vetava toda e qualquer liberdade do indivíduo exercer sua cidadania os Parâmetros Curriculares Nacionais tem o conhecimento histórico vivenciado na escola, como forma de aprimorar as atitudes de valores imprescindíveis para o exercício da mesma, como forma de conhecimento autônomo e crítico, valorização de si mesmo como sujeito responsável da história. Busca de soluções possíveis para os problemas detectados em sua comunidade, na busca da consolidação da democracia:

Nesse sentido, é importante que o professor crie situações rotineiras, nas suas aulas, de atitudes questionadoras diante dos acontecimentos e das ações dos sujeitos históricos, possibilitando que seja interpretados e compreendidos a partir das relações (de contradições ou de identidade) que estabelece com outros sujeitos e outros acontecimentos de seu próprio tempo e de outros tempos e outros lugares, isto é, relações que estabelece por suas semelhanças, suas diferenças, suas proximidades, suas dependências, suas continuidades (PCN, 1997:78).

A implantação da transversalidade, do ensino de história se refere às mudanças didático-pedagógicas e conceituais sobre atos de educar e a própria história. Desde 1995, os professores brasileiros têm convivido com a proposta de transversalidade, atrelados aos Parâmetros Curriculares Nacionais. A transversalidade apresenta uma proposta que ultrapassa a fragmentação dos conteúdos e disciplinas. Publicados pelo Ministério da Educação os Parâmetros Curriculares Nacionais tem por finalidades a obtenção de um referencial de conteúdos, das diversas disciplinas, sendo apresentados temas que deve nortear a elaboração dos objetivos, programas e conteúdos que serão desenvolvidos por professores e alunos nas escolas brasileiras. São cinco os temas transversais para a educação nacional: ética, pluralidade, cultura, saúde, orientação

bem como, a necessidade de convencerem as características fundamentais do Brasil nas *dimensões sociais, materiais e culturais com meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional.* (MEC / SEF, 1998, pág. 07).

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais, os conteúdos curriculares são meios básicos para constituir competências cognitivas ou sociais priorizando as sobre as informações. Nesse sentido, os conteúdos ocupam o papel central no processo de ensino, aprendizagem, sua seleção e escolha devem estar em consonância com as problemáticas sociais marcantes em cada momento histórico. São considerados meios para aquisição de capacidade que auxiliem os alunos a produzirem bens culturais, sociais e econômicos e deles usufruir.

Desde o século XIX, a organização dos acontecimentos é feita com base na perspectiva da evolução, em uma dimensão cronológica. Mais recentemente, encontra-se uma tentativa de superação da seqüencialidade e linearidade em obras que tomam como fio condutor da exposição a chamada História Integrada, em que a América e Brasil figuram juntamente com povos da Pré-História, assim como a presença da História da África.

A organização dos conteúdos em muitos casos é assumida de forma responsável pelos professores, tendo como referência suas experiências docentes ou as orientações dos órgãos responsáveis pelas políticas educacionais dos Estados e dos Municípios, diferentemente da ditadura que impunham o currículo a ser ministrado. Se antes não se podiam opinar sobre a veracidade dos fatos em estudo, agora o Parâmetro Curricular Nacional encontra na problematização um caminho a ser seguido.

Com isso o aluno terá condições de exercitar nos procedimentos próprios da história a delimitação do objeto, exame do estado das questões propostas como ponto de partida para a investigação produtiva e criativa; comparando problemáticas atuais e de outros momentos, posicionar-se de forma crítica no seu presente e buscar as relações possíveis com o passado:

As diversas concepções de tempo são produtos culturais que só são compreendidas, em todas as suas complexidades, ao longo de uma variedade de estudos e acesso a conhecimentos pelos alunos durante sua escolaridade. Nesse sentido, não deve existir uma preocupação especial do professor em ensinar, formalmente, nos dois primeiros ciclos, uma conceituação ou outra, mais trabalhar atividades de didáticas que envolva essas diferentes perspectivas de tempo, tratando-o como um elemento que possibilita organizar os

2. Redemocratização do ensino de História no Brasil

No processo de redemocratização nos anos 80, os conhecimentos escolares passaram a ser questionados e redefinidos por reformas curriculares com processo migratório do campo para as cidades e entre os estados, foi gerada uma transformação na clientela escolar o que forçou mudanças. A presença de novas tecnologias de comunicação, especialmente, o rádio e a televisão que se tornaram canais de informação e de formação cultural. O currículo real forçava mudanças no currículo formal. Nesse contexto iniciavam-se as discussões sobre o retorno da História ao currículo escolar. Fruto dessas discussões o parâmetro curricular nacional do ensino de história traz à tona “novas” formas de se trabalhar com ensino dessa disciplina. Objetivando romper o tradicionalismo factual que permeia as salas de aula, em nome de uma construção crítica do saber através da reflexão e utilização de outras fontes e pontos de vistas. Agora o aluno passa a ser considerado como participante ativo do processo de conhecimento.

Os livros didáticos passaram a ser questionados em relação aos conteúdos e exercícios propostos. Os conteúdos carregados de ideologias, os testes ou exercícios sem exigências de nenhum raciocínio presos às formulas prontas são apontados como comprometedores de qualquer avanço que se faça no campo curricular formal. A Lei 9394/96, que estabelece as Diretrizes e Base da Educação Nacional no seu artigo 22 aponta o caminho a prosseguir na educação básica. (...) desenvolveram o educando, assegurar-lhe a formação comum e indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho em estudos posteriores. Portanto os objetivos da escola básica segundo essa lei não se restringe à assimilação maior ou menor de conteúdos prefixados, mais se comprometem a articular conhecimento, competências e valores com a finalidade de capacitar os alunos a utilizarem se das informações para a transformação de sua própria personalidade, assim como para atuar de maneira efetiva na transformação na sociedade, como cidadãos autônomos, críticos e participativos.

Os parâmetros Curriculares Nacionais indicam, com um dos objetivos do ensino, que os alunos sejam capazes de:

[...] compreender a cidadania como participação social e política assim como exercício de direitos e deveres políticos civis e sociais adotando no dia a dia, atitude de solidariedade, cooperação e repúdio as injustiças respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;

gratuitamente: corresponde a uma necessidade do sistema e a uma conveniência de classe. (CHIAVENATO, 2004: 46-47).

A parceria MEC-USAID buscava para o país uma instrução baseada nos moldes da educação norte-americana. Pregavam um sistema educacional tecnicista, excludente e sem nenhuma atenção à educação básica pública, em suma, não visava desenvolver o senso crítico dos educandos, menos ainda um entendimento real do seu quadro social (que são metas básicas da LDB/96), ao contrário, fazia brotar em cada educando o sentimento involuntário de individualismo, manifestado através da competitividade gerada pelo sistema, uma vez que, as teorias reprodutivistas propagavam a idéia de uma “escola modelo” da sociedade capitalista.

A abertura política foi o nome que se deu ao processo de liberalização da ditadura militar, processo esse iniciado em 1974 e terminado em 1985, com o fim da ditadura. Tão logo o general Ernesto Geisel assumiu ao poder, e se deparou com uma deteriorização da economia e um descontentamento da sociedade, então propõe mudanças no poder, e na forma de repressão do governo. Sinalizando através de declarações e discursos que iniciaria a abertura política de forma *lenta, gradual e segura*. No início da década de 80 o regime militar dava sinais de enfraquecimento entrando em curso o lento processo de democratização. O regime militar possuiu duração de vinte e um anos. Em 1985 passamos ao primeiro governo civil depois da ditadura, ainda com inúmeros remanescentes da fase autoritária.

pedagógicos, preparação para o ensino/preparação para a pesquisa, conhecimentos teóricos/prática... Nos anos 80 ampliaram-se os debates entre os profissionais da área e a luta em defesa de um outro processo de formação, da profissionalização dos professores... A crítica à formação livresca, distanciada da realidade educacional brasileira, à dicotomia bacharelado/licenciatura se processou articulada à defesa de uma formação que privilegiasse o professor/pesquisador (FONSECA, 2004: 61-62).

Os militares tentavam a todo o momento, através de decretos, modelos pedagógicos e reformas educacionais, desvalorizá-los de suas funções essenciais: incentivador de cidadãos conscientes política e socialmente, formador de valores morais, de propagador da autonomia democrática... Nesse contexto, os professores, principalmente das ciências humanas e sociais, sofreram conseqüências, a saber, uma formação universitária pautada numa divisão proposital, implicando diretamente na construção da cidadania dos brasileiros, visto que esta é apoiada pela democracia:

Modelo de formação inicial de professores de História e Geografia, realizados nos cursos de licenciatura curta de estudos sociais, instituídos no Brasil durante a ditadura militar, no interior do projeto de desqualificação estratégica, articulado a diversos mecanismos de controle e manipulação ideológica que vigoraram no Brasil no período do regime militar (FONSECA, 2004, p.60-64).

Essas ações, entendidas como antidemocráticas, propiciaram a formação de um modelo educacional onde a figura do professor restringia-se apenas a *“transmitir conhecimentos”*, avaliar alunos através de provas ou aplicar-lhes punições por infrações cometidas, ou seja, métodos e práticas didáticas que, aos dias atuais, são criticados e contrastados com novas tendências pedagógicas e intitulados como ‘tradicional’, muito embora sejam realidades continuadas em grande parte das escolas brasileiras. Tentaram também adequar o sistema educacional brasileiro aos seus interesses políticos, firmando diversos convênios, entre eles, o acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency of Internatinonal Development (USAID). Essa parceria comprovava a subserviência da política governamental brasileira aos interesses políticos e econômicos estadunidenses, abrindo caminho, a certo ponto, à política neoliberal:

O modelo proposto pelo USAID se beneficiou de uma situação concreta: a ascensão das multinacionais criou os seus próprios *“intelectuais orgânicos”*, que amoldam ou cooptam as elites culturais, e estas, por serem ou sentirem-se ‘elites’, chamam a si a responsabilidade (e o poder) de ditar as regras da cultura... Não é um modelo nascido do nada ou imposto

estabelecimentos de ensino, a repressão (cada vez maior), os assassinatos, os seqüestros e outras formas desumanas de relacionamento são colocadas em prática neste momento.

Considerada pelos educadores como reflexos da sociedade à qual está inserida e a partir de tantas implicações nas *estruturas* do país, o sistema de educação não poderia ficar imune às transformações cada vez mais intensas. Com a sede de desenvolvimento econômico, o desejo pelo poder e como forma de enquadrar a maior parte da sociedade num sistema político autoritário, os militares desenvolveram um método de ensino centrado em formar pessoas, não para a vida social, mas para o mercado de trabalho:

Os militares transformaram o sistema de instrução em um centro de formação para o mercado de trabalho, principalmente para as empresas multinacionais e para as indústrias, favorecendo prioritariamente aos interesses do Estado. (CHIAVENATO, 2004:128).

O Governo do Brasil, juntamente com outras parcerias, objetivando pôr em prática os seus planejamentos econômicos e políticos, reprimiu professores, burocratizou a educação, incluindo-a numa "*linha hierárquica*" dentro de um sistema militar, concorrendo para a constante perda da autonomia docente. Com essa política repressora e burocrata, os militares conduziram o sistema de ensino brasileiro às modificações em sua estrutura interna e externa. As modificações trouxeram muitos retrocessos. Se a educação nunca fora tratada com a real consideração e importância, mesmo existindo, ainda que minimamente, "*políticas e planos de educação como instrumentos efetivos de um desenvolvimento desejável*", neste regime político, todas essas possibilidades se esvaíram (AZANHA, 2002:111).

Os professores, talvez por serem um dos poucos capazes de influir a sociedade civil, de maneira a lhes abrir a consciência política e com isso lhes fazer entender o contexto pelo qual se encontrava o Brasil, foram duramente reprimidos e reduzidos a exercerem uma educação pautada na subserviência. Com relação à sua formação, o sistema tratou de distanciar cada vez mais '*o profissional*' da realidade qual enfrentaria após sair da graduação. Havia, dentro dos próprios centros de formação superior e universidades, uma importância maior nas produções frutos de pesquisas científicas do que com a formação pedagógica do professor, como pontua Fonseca:

Entretanto, durante as últimas três décadas do século XX, predominou o modelo de formação que combinava licenciaturas curtas e plenas de um lado e bacharelado de outro, estruturados com base na dicotomia conhecimentos específicos da disciplina/conhecimentos

Cívica em fundamentos dos estudos históricos, mesclados por temas de Geografia centrados nos círculos concêntricos. Com essa substituição os conteúdos de História e Geografia foram esvaziados ou diluídos, ganhando contornos ideológicos de um ufanismo nacionalista destinado a justificar o projeto nacional organizado pelo governo militar. Para compreender a história o aluno deveria dominar em princípio a noção de tempo. No entanto, desenvolvimento no ensino limitava-se a atividades de organização do tempo cronológico e de sucessão como datações, calendário, ordenação temporal, seqüência passado – presente – futuro. A linha do tempo amarrada a uma visão linear progressiva dos acontecimentos foi sistematicamente utilizada como referência para distinguir os períodos “históricos”.

Além das mudanças no currículo e nos métodos de ensino foi extinto o exame de admissão e o ensino obrigatório de oito anos da escola de primeiro grau trouxe mudanças significativas no público escolar. Os militares associaram a força e o domínio de Estado como forma de alienar a educação, com a busca de consenso popular direcionando o seu governo para uma hegemonia baseada na consolidação de uma identidade entre oprimidos e governantes no intuito de modelar a vida privada da classe dominada consoante à ideologia dos detentores do poder.

O ensino de história para a ditadura militar era vista como um grande fantasma, pois diziam que os professores de história eram responsáveis pela sua subversão da juventude. A reforma do ensino fundamental e médio se realiza durante o período mais violento da ditadura, no governo Médici. Diz o artigo I da Lei nº 5.692/71: “O ensino de primeiro e segundo graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania”.

A chamada “Guerra Fria” capitalismo versus comunismo, dividiu de forma bipolar as áreas de dominação da sociedade mundial: de um lado os EUA e seu capitalismo imperialista e do outro a URSS tenta disseminar o socialismo. Este fator desencadeou uma disputa por territórios e posições em todo o mundo no qual o Brasil, mais especificamente o Governo Militar brasileiro, ficou sob influência direta dos norte-americanos apoiando o movimento anticomunista. Neste período, diversos partidos políticos, inclusive o PCB, foram extintos e a democracia, bem como a cidadania, foram restringidas. A censura, muitas vezes contrária à própria razão, a anulação do direito político dos cidadãos, as perseguições políticas, as invasões a

1. O ensino de história nas escolas durante o regime militar

Com o golpe militar, em 1964 o ensino em todas as áreas da educação brasileira passou a ser controladas pelo regime militar. O Estado passa a ser dominado pelas forças armadas e determina o conteúdo e a forma política e educacional nas escolas do Brasil, desativando todos os movimentos de conscientização popular. Os militares, com o uso do poder político liquidam de vez o nacional – desenvolvimento, substituindo as classes sociais que deveriam ser responsáveis pelo processo de transformação. Assumindo uma forma tecnocrata ou “positiva – racial”, consubstanciando o surgimento das reformas educacionais.

A política educacional militar se define como uma forma utilizada pelo regime para assegurar a dominação necessária para o exercício de uma política subordinada e mantenedora do processo de acumulação de capital, tentando, desta forma, afastar conflitos e tensões existentes que atrapalham a obtenção da hegemonia. A repressão imediata na educação se faz sentir na reestruturação da representação estudantil. As escolas do ensino médio tiveram seus grêmios transformados em centros cívicos, sob a orientação do professor de educação Moral e Cívica. A intenção explícita da ditadura em “educar” politicamente a juventude se revela no Decreto Lei nº 869, de 12 de Setembro de 1969, que visava à inclusão de Moral e Cívica como disciplina obrigatória nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino do país.

Referir-se a formação do cidadão será admitir não ser possível realizá-la sem enfatizar a formação moral e cívica do educando para servir á sociedade, e a família; sobressairão às atividades cívicas que centradas no culto a nação, têm origem na valorização do caráter nacional. (IBRASA, 1982: 43–44).

Nas propostas curriculares do governo transparece o caráter ideológico e manipulador dessa disciplina. Em Dezembro de 1968 o Ato Institucional nº 5 (AI 5), retira todas as garantias individuais públicas ou privadas e concede ao Presidente da Republica poderes para atuar como executivo e legislativo: ignorando os preceitos e determinações da constituição brasileira e até mesmo destituindo um dos Princípios Fundamentais da Declaração Universal dos Direitos do Homem: o Direito e a Liberdade de expressão.

A partir da Lei nº 5.692/71 houve a consolidação dos Estudos Sociais em substituição a História. Os Estudos Sociais constituíram-se ao lado da Educação Moral e

bem como do sistema de ensino de uma forma geral. Instalados no poder e tendo se apropriado de toda a máquina pública de forma autoritária, os militares, juntamente com a elite conservadora, esforçaram-se no objetivo de suplantar qualquer manifestação cultural que pusessem em risco a sua estrutura ideológica:

Procurou-se evidenciar que a política do governo militar empenhou-se na destruição cultural das forças que poderiam resistir à barbárie. Ao se impor pela força, adotando um modelo conseqüente e coerente com a Doutrina de Segurança Nacional, a ditadura mostrou a sua verdadeira natureza em termos culturais. E cumpriu a 'profecia' do comandante da invasão da UNB, coronel Darci Lázaro. 'Se essa história de cultura vai nos atrapalhar a endireitar o Brasil, vamos acabar com a cultura durante trinta anos' (CHIAVENATO, 2004, p.149).

Muitos são os problemas enfrentados pelo sistema educacional no Brasil, desde sempre. Primeiramente, nunca fora tratado de forma séria, prioritária. Culturalmente, o Estado sempre colocou a educação em segundo plano, privilegiando apenas uma pequena parcela da população, a elite. Preocupa-se muito mais com a educação desta, sempre bem representada através de práticas e políticas por ela elaboradas, enquanto a maior parte da população carecia de uma formação democrática, e séria, como alerta Cristovam Buarque:

... No Brasil nunca houve um compromisso de educar as massas brasileiras. A elite brasileira tem uma opção política, explícita ou não, de que basta educar os seus filhos - e ainda está educando mal. No Brasil se investe bem nos filhos dos ricos e basta ver que temos bons colégios particulares. (INEP, 2005).

Transformações no papel do ensino de história: as mudanças de perspectiva entre o regime militar e a redemocratização (1964 – 1997).

O período entre 1964 a 1985 foi, sem dúvida, um dos mais significativos e transformadores da história educacional do Brasil. Uma época marcada pela intervenção militar, pela burocratização do ensino público, por teorias e métodos pedagógicos que buscavam restringir a autonomia dos educadores e educandos, reprimindo à força qualquer movimento que se caracterizasse barreira para o pleno desenvolvimento dos ideais do regime político vigente, conduzindo o sistema de instrução brasileiro a uma submissão até o momento inigualável.

Este momento é um espaço privilegiado para os pesquisadores, que aí encontram diversificadas fontes necessárias à composição do quebra-cabeça que é a história brasileira. Todavia, é difícil e deve-se ter cuidado ao analisar a história recente, isso porque ao pesquisar o que é relativamente atual pode se encontrar uma série de dificuldades, agora como explica Adam Schaff:

(...) O mais difícil é escrever a história imediata, contemporânea (...) é inevitável um comprometimento direto nos acontecimentos (...) É mais difícil dispor de fontes, mais ou menos elaboradas (...) (SCHAFF, 1983: 11).

O enfoque dirigido a esse período não significa que relegamos a um segundo plano os períodos anteriores ou posteriores, mas, centramo-nos neste por ser um momento de importantes modificações no cenário social, político e econômico do Brasil, inclusive na esfera educacional, através de reformas pedagógicas que influenciaram as perspectivas educacionais subsequentes. Entretanto, ao discutir o sistema educacional e o militarismo brasileiro, devemos ampliar o panorama analítico, tendo em vista a sua complexidade. Considerando que o mesmo segue uma linha histórica de reformas, projetos e revisões em suas bases e, sendo cada período único em suas especificidades, nenhuma época ou objeto histórico pode ser comparado com as demais no sentido de efetuarem-se avaliações ou pré-julgamentos. Estaríamos, assim, cometendo anacronismo e transgredindo as funções da história.

Cabe-nos observar de forma sucinta as diversas reformas ocorridas desde o período ditatorial, levantando questionamentos sobre as práticas docentes, a formação do professor e o grau de atenção dispensado pelo Estado na valorização de suas funções,

SUMÁRIO

Transformações no papel do ensino de história: as mudanças de perspectiva entre o regime militar e a redemocratização (1964 – 1997).....	05
1. O ensino de história nas escolas durante o regime militar.....	07
2. Redemocratização do ensino de História no Brasil.....	12
3. <i>Novas perspectivas para o ensino de história pós 1985</i>	16
4. Considerações finais.....	20
5. Referências Bibliográficas	22

EPÍGRAFE

“O Senhor é o meu pastor e nada me faltará.”
Sl.23

**ANA DEISE COSTA
MICHELLE DAYANE
POLIANA DE ALMEIDA VIEIRA FREITAS**



**TRANSFORMAÇÕES NO PAPEL DO ENSINO DE HISTÓRIA: AS
MUDANÇAS DE PERSPECTIVA ENTRE O REGIME MILITAR E
A REDEMOCRATIZAÇÃO (1964 – 1997)**

Trabalho apresentado ao Curso de História da Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em História. Orientador, professor Ms. Rafael da Costa Campos.

36036

Tombo nº	18466
Classif.:	
Ex.:	1
Origem:	d
Data:	03.04.12

Rubiataba, 2009.

FACULDADE DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO DE RUBIATABA
CURSO DE HISTÓRIA

**TRANSFORMAÇÕES NO PAPEL DO ENSINO DE HISTÓRIA: AS
MUDANÇAS DE PERSPECTIVA ENTRE O REGIME MILITAR E
A REDEMOCRATIZAÇÃO (1964 – 1997)**

Ana Deise Costa
Michelle Dayane
Poliana de Almeida Vieira Freitas
Orientador: Professor Ms. Rafael da
Costa Campos.

Rubiataba, 2009.